

Métodos de raciocínio: dialética

Resumo

Na última aula, falamos um pouco sobre os métodos de dedução e indução. De fato, precisamos de maneiras de organizar o raciocínio, de forma que a redação do vestibular fique bem clara, objetiva. Os métodos de raciocínio são, então, uma fonte de construção de pensamento muito valiosa para o nosso trabalho na escrita. Porém, nem sempre podemos organizar as ideias apenas por métodos com premissas e evidências. Assim, abordaremos neste material o método dialético para maior ênfase nas construções textuais.

A dialética e o princípio de não-contradição das afirmações

A palavra *dialética* deriva de aptidão para falar de dualidades, ou seja, contradições. Diferentemente da indução e da dedução, a dialética não se baseia em evidências ou premissas, mas em três elementos muito importantes: a tese, a antítese, elemento oposto, contraditório, e a síntese, momento em que se associa as duas afirmações de forma que se possa falar da contradição.

O raciocínio dialético funciona como uma evolução da lógica dos raciocínios indutivo e dedutivo. Aristóteles, quando construiu o raciocínio indutivo apresentado anteriormente, criou um princípio de não-contradição das afirmações, ou seja, para o filósofo, só se poderia chegar a uma conclusão de ordem lógica se as afirmações não fossem contraditórias.

Exemplo: *se alguém diz que uma casa é amarela e não é amarela ao mesmo tempo, a única conclusão possível é que esse objeto não existe. Dito de outro modo, seria considerada uma falha do raciocínio a afirmação e a negação de um mesmo elemento.*

Em um tema de redação em que se pergunte se as *adaptações de clássicos no Brasil são válidas ou não*, é muito comum encontrar benefícios e prejuízos na sua aplicação. Assim, encontrarmos opiniões favoráveis e contrárias à proposta. Percebe-se, então, que certas coisas/situações/objetos, às vezes, podem ser e não ser ao mesmo tempo. Dessa forma, a dedução, a indução e a não-contradição se tornam limitantes do raciocínio humano, sendo necessário o método dialético. Vamos ver um exemplo? O tema é "A influência da TV na sociedade brasileira do século XXI":

É fácil perceber que os efeitos negativos da televisão nascem na difusão de valores como o individualismo e a violência, veiculados por imagens a que estão submetidas muitas pessoas sem senso crítico. Paradoxalmente, esse mesmo meio de comunicação de massa permite um contato com o mundo distante, permitindo ao público ter acesso ao poder da informação. Na verdade, a discussão sobre a influência da TV só fará sentido se for considerado o uso que cada telespectador faz do veículo, o que depende de sua formação prévia, e não do que é reproduzido.

Note que o tema trata de dois lados da discussão acerca da influência da televisão na sociedade. Por um lado, podemos identificar a difusão de valores negativos, que podem ser prejudiciais (tese). Entretanto, há também um lado positivo que precisa ser levado em conta (antítese). Dessa forma, a discussão se desloca, um impasse é superado: o debate, aqui, não é sobre o que é veiculado nesse meio, mas sobre o uso que se faz dele (síntese).

Vantagens e desvantagens do raciocínio dialético

Como vantagens do uso do método dialético, podemos destacar, então, superação de um impasse argumentativo e o aprofundamento do argumento, que vai além da discussão míope dos benefícios e prejuízos de alguma coisa, por exemplo. Isso mostra que o aluno sabe trabalhar bem os dois lados de uma discussão, o que é muito bem visto pelas bancas de vestibular. Por outro lado, a desvantagem é a dificuldade de construção da síntese, de forma que, se inadequada ou ineficaz, o aluno tende a não tomar um posicionamento. A fim de evitar tal problema, falaremos de dois tipos de síntese que podem te ajudar a não ter problemas e superar esse impasse.

A síntese conciliadora

O primeiro tipo de síntese é a conciliadora que, como o próprio nome diz, traz harmonia, associação aos elementos que, a princípio, são contraditórios. Na discussão da TV, podemos, por exemplo, concluir que tudo depende do veículo e do programa em questão, afinal, a TV é um meio com múltiplos usos, alguns positivos, outros negativos. Esse seria um exemplo de síntese conciliadora, na qual esclarecemos os termos, mostrando que, de certa forma, não há uma contradição no que está sendo apresentado. Podemos, também, nessa síntese, deslocar a questão, como uma “fuga” à discussão anterior, o que fica muito claro no parágrafo que vimos anteriormente sobre o mesmo tema.

A síntese reafirmadora

Já a síntese reafirmadora, o segundo tipo, reafirma a tese apresentada, desbancando o argumento antitético. Dessa forma, apresenta-se um argumento, tenta-se contestar tal argumento com a antítese e, por fim, usa-se a síntese para reafirmar e convencer o leitor da invalidez da antítese. Vejamos o exemplo abaixo:

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que o investimento em educação é fundamental para o nosso país, pois constitui a principal base para o desenvolvimento. Há quem sustente, no entanto, que a “chave” para o sucesso está na escolha de bons administradores como governantes. Os defensores dessa ideia parecem se esquecer de que, por mais capacitada que seja a autoridade governante, o verdadeiro desenvolvimento só ocorrerá com indivíduos realmente qualificados em todos os setores. Esse ideal somente a educação de qualidade permitiria atingir.

No exemplo, podemos perceber facilmente os três elementos do raciocínio:

Tese: *O investimento em educação é fundamental para o nosso país, pois constitui a principal base para o desenvolvimento.*

Antítese: *Não é a educação, mas a escolha de bons administradores como governantes que permite o desenvolvimento.*

Síntese (reafirmadora): *Ainda que o governante seja competente, o verdadeiro desenvolvimento só virá de indivíduos qualificados em todos os setores – o que só pode ser atingido com boa educação.*

A síntese reafirmadora, então, anula o argumento antitético e reforça a tese, ou seja, o ponto de vista do autor do texto.

Falhas possíveis nos métodos

Todo raciocínio pode apresentar falhas, apesar de não ser necessariamente algo pré-estabelecido a ocorrer, é necessário disponibilizar atenção ao seu conteúdo. Conheceremos, então, dois tipos: a *falácia* e o *sofisma*.

As falácias são raciocínios aparentemente válidos, verdadeiros, mas que apresentam um certo desvio. Veja o exemplo:

Premissa Maior: *Todos os alunos são inteligentes.*

Premissa Menor: *Ora, Bernardo é um aluno.*

Conclusão: *Logo, Bernardo é inteligente.*

No caso apresentado, percebe-se, claramente, que uma das premissas - a maior - está errada, não é verdadeira. Quando uma das etapas do raciocínio não tem validade, mas, mesmo assim, a conclusão parece fazer sentido, reconhecemos uma falácia.

Exemplificando, é comum ver que, em um texto, percebermos certas generalizações, como “todos os políticos são corruptos” ou “todos os policiais são subornáveis”. Essas são premissas que, em um raciocínio, parecem até dar origem a uma conclusão válida. Entretanto, não passam de falácias.

Os sofismas, por sua vez, são falácias construídas de modo consciente, buscando, de alguma forma, um proveito. Um exemplo muito claro disso está no chamado *argumentum ad hominem*, quando, em uma discussão, alguém cria um desvio do conteúdo e critica, diretamente, o interlocutor. Se o autor A afirma X e o outro indivíduo encontra uma característica considerada negativa nesse A, logo, a proposição X é considerada falsa.

Exercícios

1.

Ler e crescer

Com a inacreditável capacidade humana de ter ideias, sonhar, imaginar, observar, descobrir, constatar, enfim, refletir sobre o mundo e com isso ir crescendo, a produção textual vem se ampliando ao longo da história. As conquistas tecnológicas e a democratização da educação trazem a esse acervo uma multiplicação exponencial, que começa a afligir homens e mulheres de várias formas. Com a angústia do excesso. A inquietação com os limites da leitura. A sensação de hoje ser impossível abarcar a totalidade do conhecimento e da experiência (ingênuo sonho de outras épocas). A preocupação com a abundância da produção e a impossibilidade de seu consumo total por meio de um indivíduo. O medo da perda. A aflição de se querer hierarquizar ou organizar esse material. Enfim, constatamos que a leitura cresceu, e cresceu demais.

Ao mesmo tempo, ainda falta muito para quanto queremos e necessitamos que ela cresça. Precisa crescer muito mais. Assim, multiplicamos campanhas de leitura e projetos de fomento do livro. Mas sabemos que, com todo o crescimento, jamais a leitura conseguirá acompanhar a expansão incontrolável e necessariamente caótica da produção dos textos, que se multiplicam ainda mais, numa infinidade de meios novos. Muda-se então o foco dos estudiosos, abandona-se o exame dos textos e da literatura, criam-se os especialistas em leitura, multiplicam-se as reflexões sobre livros e leitura, numa tentativa de ao menos entendermos o que se passa, já que é um mecanismo que recusa qualquer forma de domínio e nos fugiu ao controle completamente.

Falar em domínio e controle a propósito da inquietação que assalta quem pensa nessas questões equivale a lembrar um aspecto indissociável da cultura escrita, e nem sempre trazido com clareza à consciência: o poder.

Ler e escrever é sempre deter alguma forma de poder. Mesmo que nem sempre ele se exerça sob a forma do poder de mandar nos outros ou de fazer melhor e ganhar mais dinheiro (por ter mais informação e conhecer mais), ou sob a forma de guardar como um tesouro a semente do futuro ou a palavra sagrada como nos mosteiros medievais ou em confrarias religiosas, seitas secretas, confrarias de todo tipo. De qualquer forma, é uma caixinha dentro da outra: o poder de compreender o texto suficientemente para perceber que nele há várias outras possibilidades de compreensão sempre significou poder – o tremendo poder de crescer e expandir os limites individuais do humano.

Constatar que dominar a leitura é se apropriar de alguma forma de poder está na base de duas atitudes antagônicas dos tempos modernos. Uma, autoritária, tenta impedir que a leitura se espalhe por todos, para que não se tenha de compartilhar o poder. Outra, democrática, defende a expansão da leitura para que todos tenham acesso a essa parcela de poder.

Do jeito que a alfabetização está conseguindo aumentar o número de leitores, paralelamente à expansão da produção editorial que está oferecendo material escrito em quantidades jamais imaginadas antes, e ainda com o advento de meios tecnológicos que eliminam as barreiras entre produção e consumo do material escrito, tudo levaria a crer que essa questão está sendo resolvida. Será? Na verdade, creio que ela se abre sobre outras questões. Que tipo de alfabetização é esse, a que tipo de leitura tem levado, com que tipo de utilidade social?

ANA MARIA MACHADO
www.dubitoergosum.xpg.com.br

Enfim, constatamos que a leitura cresceu, e cresceu demais.

Ao mesmo tempo, ainda falta muito para quanto queremos e necessitamos que ela cresça. Precisa crescer muito mais. (l. 8-11)

Ao afirmar que a leitura cresceu, mas ainda precisa crescer mais, a autora mostra seu ponto de vista. Esse ponto de vista se relaciona com a seguinte constatação:

- a) os novos meios tecnológicos não aproximaram de imediato os leitores
- b) a ampliação da produção textual não alterou o número de alfabetizados
- c) a eliminação de barreiras não representou de verdade uma conscientização
- d) o aumento de quantidade não se verificou do mesmo modo na qualidade

Redação para as questões de 2 a 6

Tema: A questão das adaptações de clássicos no Brasil: é válido facilitar?

Facilitar é o primeiro passo

No livro “A ordem do discurso”, ao apontar “Odisseia”, de Homero, em uma de suas explicações acerca da construção desse discurso, Michel Foucault o apresenta como o “texto primeiro”, o original, de onde partem outras versões que o autor chama de comentários, fieis à essência do primeiro da linhagem. Hoje muito comuns, essas adaptações despertam amor e ódio por parte de estudiosos e leitores. Diante de opiniões positivas e negativas, a discussão toma outro rumo: em prol do interesse por parte dos alunos e da manutenção dos clássicos na agenda das escolas, é válido pensar nas adaptações como um passo para a apresentação dos textos primitivos em sala de aula.

Em um primeiro plano, é válido analisar a opinião daqueles que chegam a criminalizar outras versões das obras. De acordo com esses críticos, considerados puristas, as mudanças trazem perdas na essência da história, além de transformações no ritmo e nas palavras do livro. Uma vez que alguém pretende adaptar um texto, é fato que o vocabulário e o andamento obedecerão a determinado contexto, entretanto, buscando encanto por parte dos alunos – que, em sua maioria, têm aversão ao que é mais antigo –, essa pode ser uma estratégia interessante. Um exemplo claro disso está em “Ciumento de carteirinha”, versão de Moacyr Scliar para “Dom Casmurro”, de Machado de Assis, muito recomendado para leitura em escolas.

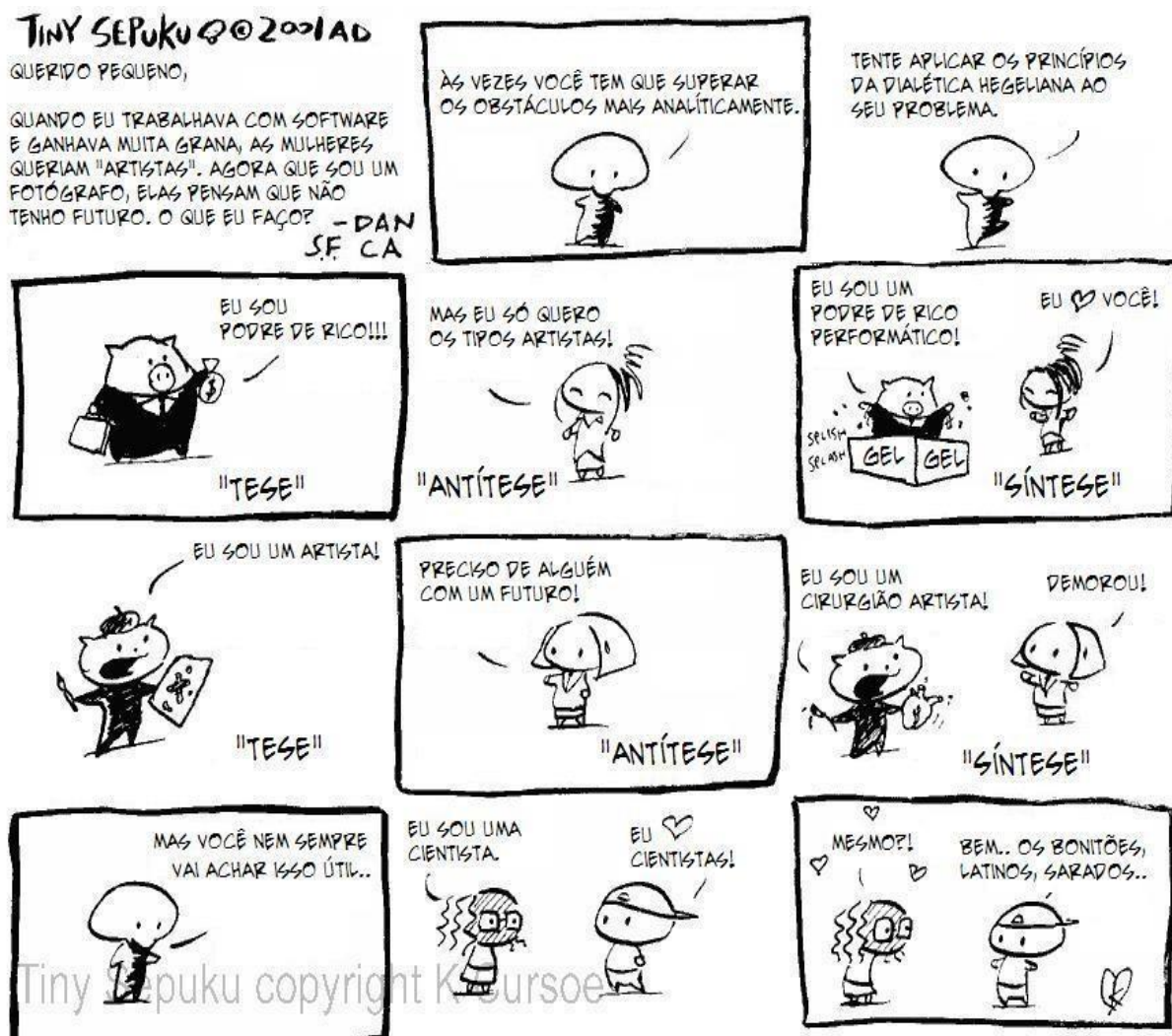
Nesse contexto de busca de um atrativo, há quem sustente a ideia de que essas mudanças são válidas e não tiram o valor das obras originais. Muitas das novas versões são apresentadas com outras narrativas, mantendo apenas a ideia original, como é o caso do livro de Scliar. Ao ver dos que apoiam a estratégia, a série é tão legítima quanto adaptações feitas por grandes nomes, como o próprio Machado de Assis, que traduziu – e, no processo de tradução, trouxe para a obra a sua essência – “O corvo”, de Edgar Allan Poe. Diante disso, é importante considerar a facilitação como uma forma de levar a atenção dos estudantes até os originais. Conhecendo a história, a sequência dos fatos, a linguagem pode não ser mais um fator de repulsão.

Torna-se evidente, portanto, que, a fim de evitar esse impasse, conciliar as duas posições é o melhor caminho. Assim, para apresentar as adaptações como um passo para os clássicos, governo e escolas, em parceria, podem promover palestras desses adaptadores, de forma que mostrem a verdadeira inspiração para seus livros. Além disso, a mídia, inserida nessa parceria, pode trabalhar campanhas que mostrem texto

primeiro e revisitado, de forma que tal conexão também seja feita pelos leitores. Só assim, facilitando e abrindo portas para o mais complexo, a associação feita por Foucault em 1970, destacando a fidelidade entre obra original e comentário, poderá se aplicar aos dias atuais.

2. Apresentar a tese do texto
3. Qual seria a antítese, partindo do pressuposto dialético?
4. Abordar qual é a síntese, exemplificar através do texto.
5. Como apresentado no conceito da aula, existem dois tipos de síntese para trabalhar este método de raciocínio. Qual é o desenvolvido no texto? Explique.
6. Quanto às falhas na argumentação, quais são apresentadas na redação?

Leia o texto para resolver as questões 7, 8 e 9.



7. O método dialético trabalha, basicamente, o choque de ideias e a resolução de um impasse por meio de dois tipos de síntese: a conciliadora e a reafirmadora. Considerando os seus conhecimentos sobre cada uma delas, identifique, na tirinha, o tipo de síntese utilizado na construção do raciocínio.
8. Qual seria o perigo no uso dessa síntese em uma redação do ENEM?
9. Se o tipo de síntese fosse outro, como as personagens deveriam reagir, nos quadrinhos 6 e 9?
10. O ENEM de 2002 cobrou de seus candidatos uma discussão sobre "O direito de votar: como fazer dessa conquista um meio para promover as transformações sociais de que o Brasil necessita?" Muitos alunos, na construção de seus textos, defenderam um raciocínio dialético, levando em consideração o fato de o voto obrigatório ser bom ou não. Se você fosse vestibulando naquele ano, como planejar um texto usando esse método? Tente construir, como em um planejamento, tese, antítese e síntese.

Redação para as questões 11, 12, 13, 14 e 15

Redação 2

Tema: A redução da maioridade penal no Brasil

Mais uma lição de Pitágoras

Impunidade. Esse é o sentimento que leva grande parte dos brasileiros a defender a redução da maioridade penal para 16 anos. O estado de violência no qual estamos inseridos, somado à frequente associação de menores aos atos de violência expostos pela mídia, gera um desejo de vingança, que se consuma com a prisão desses transgressores das regras morais que regem a sociedade. Entretanto, estudiosos e entidades internacionais condenam essa proposta, alegando que não reduz a criminalidade. Devemos, então, analisar os dois extremos para resolver esse impasse e encontrar a melhor forma de mostrar que diminuir a maioridade não é o caminho mais interessante.

Em primeiro lugar, é importante considerar os principais pontos levantados por quem é favorável a esse projeto de lei. É relevante entender isso, pois grande parte da população tem se mostrado simpática à proposta. Esse grupo aponta que em vários países do mundo a idade para ser julgado como adulto é inferior à do Brasil. Além disso, destaca que, se um jovem de 16 anos é consciente para votar, também o é para responder criminalmente por seus atos, principalmente aqueles cometidos contra a vida. Os defensores da redução, porém, se esquecem de alguns dados importantes nessa discussão, levantados por quem é contrário ao projeto.

Quem discorda da ideia, então, rebate esses argumentos se baseando em estatísticas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e da Unesco, provando, respectivamente, que o sistema prisional é ineficiente – possui índice de reincidência de 70% – e não reduz a violência, pois nenhum país teve queda nas taxas de criminalidade depois de reduzir a maioridade. Além disso, ainda segundo o CNJ, menos de 10% das infrações cometidas por menores são atentados à vida – os mais apontados pelos defensores. Destaca-se, também, que o cidadão brasileiro é responsabilizado penalmente a partir dos 12 anos e que aos 16 o voto é facultativo, não sendo critério definidor de “consciência plena”. Apontam, ainda, a tendência de se elevar a maioridade em vários países no mundo, inclusive em alguns pontos dos EUA. Tais dados confirmam a necessidade de manutenção da atual lei e a inconsistência dos argumentos dos favoráveis à mudança.

Torna-se claro, portanto, que a redução não é a solução mais adequada e que, a fim de resolver os problemas e extinguir de vez essa possibilidade, algo precisa ser feito a curto prazo. Quanto à questão emergencial, é importante que as autoridades responsáveis façam valer as medidas presentes no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que preveem, inclusive, a privação de liberdade, mas visam à reeducação social desses infratores. A escola também tem papel fundamental na formação de cidadãos que respeitem os valores de sua sociedade. Por isso, o governo deve observar os ensinamentos de Pitágoras e “educar as crianças para que não precisemos punir os adultos”. Assim, poderemos vislumbrar um futuro mais esperançoso e seguro para todos.

11. Apresentar a tese do texto
12. Qual seria a antítese, partindo do pressuposto dialético?
13. Abordar qual é a síntese (e seu tipo), exemplificar através do texto.
14. Quanto às falhas na argumentação, quais são apresentadas na redação?
15. Em um contexto geral, como foi a construção do método de raciocínio no texto?

Questão Contexto



A tirinha de Dimitri Bitu trabalha o método de raciocínio dialético e suas adversidades quanto à tese, antítese e síntese. Apresentar a sua reflexão sobre a tirinha e o entendimento do autor quanto aos mecanismos de falhas de argumentação.

Gabarito

1. D

A autora afirma, ao mesmo tempo, que a leitura cresceu demais e que é preciso que ela ainda cresça muito mais. A aparente contradição se dissolve quando o leitor percebe que o texto promove a distinção entre um aumento puramente quantitativo da leitura - este é que seria até mesmo demasiado - e um outro aumento que também fosse qualitativo, permitindo que se leia não apenas mais, mas também que se leia melhor, isto é, que se leiam textos melhores. Por isso, a autora reclama que o aumento de quantidade não se verificou do mesmo modo na qualidade, no que se refere à leitura. (resposta do vestibular UERJ)

2. Tese: Não é válido facilitar. As adaptações de clássicos trazem perdas na essência da história, além de transformações no ritmo e nas palavras do livro.
3. Antítese: Há quem sustente que as mudanças são válidas e não tiram o valor das originais. As adaptações são tão legítimas quanto as feitas por grandes nomes, como o próprio Machado de Assis.
4. Síntese: É importante considerar a facilitação como uma forma de levar a atenção dos estudantes até os originais. Conhecendo a história, a sequência dos fatos, a linguagem pode não ser mais um fator de repulsão.
5. A síntese apresentada no texto é a conciliadora porque, como o próprio nome diz, promove a harmonia aos elementos contraditórios. Contextualizando, a síntese da redação desenvolve uma associação entre os dois parágrafos de desenvolvimento e demonstra uma conclusão a partir de uma visão clara e aprofundada.
6. Como apresentado no resumo, as falhas de argumentação compreendem a falta de verdade em uma afirmação. Assim, todo o texto compreende de ideias e afirmações que, posteriormente são facilmente confirmadas ou comprovadas por algum conhecimento geral (citação, filme, livro, dados estatísticos, etc). Dessa forma, como em "Muitas das novas versões são apresentadas com outras narrativas, mantendo apenas a ideia original, como é o caso do livro de Scliar" o autor possui a percepção de trazer a veracidade sobre suas ideias, não produzindo falhas em seus argumentos.
7. A síntese usada é a conciliadora, que, no caso, raciocina unindo as duas teses (tese e antítese) e encontrando um caminho comum às duas na resolução do impasse.
8. O perigo está na construção de uma síntese pouco clara, definida, o que poderia deixar a redação pouco clara quanto ao seu posicionamento - e, para o autor, "em cima do muro".
9. Se a síntese fosse reafirmadora, com a apresentação de duas teses ("Eu sou podre de rico" e "Mas eu só quero os tipos artistas", por exemplo), a resolução do impasse estaria na escolha de uma das duas afirmações (normalmente, a tese). A personagem do quadrinho do meio, provavelmente, desistiria de sua antítese e passaria a reconhecer seu amado pela sua única característica (no caso, "eu sou podre de rico").

10. Sugestão de síntese reafirmadora:

Tese: O voto obrigatório não é vantajoso, uma vez que dele podem vir escolhas pouco racionais, alienadas e, muitas vezes, sem fundamento.

Antítese: O voto obrigatório é vantajoso, uma vez que mantém certo número de eleitores e, consequentemente, facilita a escolha de um representante da maioria.

Síntese: O voto obrigatório não é vantajoso, uma vez que dele podem vir escolhas pouco racionais, alienadas e, muitas vezes, sem fundamento. Isso porque não garante o engajamento político dos eleitores e, consequentemente, pode continuar sem representar a maioria da população.

11. A redução não é a solução mais adequada.

12. Os que defendem a redução apontam que, em vários países do mundo, a idade para ser julgado como adulto é inferior à do Brasil. Além disso, destacam que, se um jovem de 16 anos é consciente para votar, também o é para responder criminalmente por seus atos, principalmente aqueles cometidos contra a vida.

13. Síntese (reafirmadora): A redução não é a solução mais adequada, pois o sistema prisional é ineficiente e não reduz a violência, já que nenhum país que reduziu a maioria teve queda nas taxas de criminalidade. Além disso, menos de 10% das infrações cometidas por menores são atentados à vida – os mais apontados pelos defensores. Destaca-se também o fato de que o cidadão brasileiro é responsabilizado penalmente a partir dos 12 anos e, aos 16, o voto é facultativo, não sendo critério para a definição de “consciência plena”. Há também o fato de que, no mundo, existe uma tendência de elevar a maioria em vários países, inclusive em alguns pontos dos EUA.

14. O texto supera o impasse da argumentação de forma reafirmadora, destruindo a antítese e reforçando o ponto de vista apresentado na tese: a redução da maioria penal não é a solução mais adequada. A reafirmação fica por conta do segundo parágrafo de desenvolvimento, que apresenta dados e reflexões que confirmam a ideia apresentada na tese.

15. A construção da dialética no texto é perceptível através dos três elementos base (tese, antítese e síntese) muito bem desenvolvidos durante toda escrita. Como pode ser visto nas questões anteriores, a reafirmação do ponto de vista através da antítese e a finalização do texto com a síntese de ideias, de modo claro e muito bem argumentado, prevê um bom entendimento por parte do autor.

Questão Contexto

A tirinha produzida por Dimitri Bitu exemplifica de forma irônica as faces da tese, antítese e síntese, demonstrando no último quadrinho a junção das duas ideias colocadas nos quadrinhos anteriores. Para o filósofo alemão Hegel, a dialética se dava sem a observação empírica dos fatos, só por meio do ponto de vista histórico e dedutivo dos textos que havia lido e interpretado. Além disso, sua forma de analisar se constituía da seguinte forma: TESE, que é a ideia formada pela maioria, ANTÍTESE, que contraria a ideia da tese e a SÍNTESE, que representa aspectos da tese juntos ao da antítese, superando a contradição e definindo uma conclusão.